

# As cores da revolução: discutindo as identidades raciais na Sabinada (1837-1838)

*Juliana Serzedello Crespim Lopes*

## **Introdução**

O período regencial brasileiro foi pontuado por movimentos de contestação política radical em diversas províncias, parte deles com intenções separatistas. Esses movimentos, segundo aponta a historiografia, podem ser considerados resultados de embates entre projetos políticos diversos, sejam centralistas, sejam federalistas. Em cada província, o arranjo político e institucional proposto a partir de medidas como o Ato Adicional (1834) foi diferentemente acolhido. Na província da Bahia, palco de diversos movimentos rebeldes sobretudo a partir de 1798 – quando teve lugar o ensaio de sedição promovido pelos chamados *alfaiates* –, as medidas que partiam da Corte do Rio de Janeiro foram vigorosamente contestadas. Entre esses episódios, tem destaque a Sabinada, não apenas por ser o último desses movimentos, mas também por ser o mais prolongado e efetivo projeto político desvinculado da Corte já colocado em prática na província. Para melhor analisar a Sabinada, contudo, vale uma breve apresentação narrativa do movimento (SOUZA, 2009).

Como principal articulador das ideias revolucionárias, tem destaque a figura do médico, professor e publicista Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Sua atuação política, seja em clubes liberais, seja na imprensa – principalmente em seu jornal *Novo Diário da Bahia* – causava espécie na sociedade baiana desde os tempos da Independência. Junto dele, dispostos a tomar o poder e fundar um novo Estado, estavam alguns dos homens envolvidos nos levantes federalistas ocorridos na Bahia no início da década de 1830.

Sabino foi um dos principais líderes do movimento que posteriormente foi

batizado pela historiografia com o seu nome. Na manhã do dia 7 de novembro de 1837, militares e civis amotinados desde a noite anterior no Forte de São Pedro marcharam juntos em direção ao centro da cidade, tomando a praça do Palácio e forçando a fuga das autoridades em embarcações ancoradas na Baía de Todos os Santos. Vale lembrar que, junto das autoridades, foi embarcada também uma grande parte do tesouro da capital, recolhido às pressas para não ser deixado nas mãos dos revolucionários.

Os rebeldes, que se organizavam em clubes liberais desde os primeiros anos da Independência, se dirigiram à Câmara Municipal, onde aclamaram uma ata de sete artigos com as intenções e propostas do novo regime, descrito como “inteiramente desligado” do governo central do Rio de Janeiro. Entre as disposições iniciais, a promoção de recompensas para a categoria militar, sem cujo apoio é pouco provável que os rebeldes civis tivessem conseguido chegar ao poder.

Dias após tais medidas, entretanto, parte significativa da população da capital se retirou dali – temendo, certamente, a possibilidade de um rumo trágico para os acontecimentos. Os revolucionários, antevendo um esvaziamento ainda maior da cidade, optaram por reconsiderar o item mais radical de sua primeira ata: em 11 de novembro, o Estado revolucionário da Bahia reiterava sua independência, mas passava a afirmar que voltaria ao conjunto do Império com a coroação de Pedro II.

Simultaneamente aos fatos ocorridos na capital baiana, os governantes fugidos se reencontraram e rearticularam no Recôncavo, para onde foram realocadas as instituições básicas do governo. A partir de então, o presidente da província solicitou a ajuda dos senhores de engenho locais e também do governo central para debelar o movimento da capital, minando a resistência rebelde aos poucos, até a restauração da cidade nos combates finais de 13 a 16 de março de 1838.

Após a restauração de Salvador, os líderes do movimento foram, após longos processos, condenados à morte. No entanto, com a coroação de Pedro II em 1840, obtiveram uma anistia por parte do Imperador, tendo suas penas reduzidas ao degredo em áreas distantes, como São Paulo e Mato Grosso. Este é o universo factual ao qual esta análise vai se reportar.

## Quem eram os sabinos?

Faz-se necessário, de início, uma investigação sobre quais seriam os setores sociais da capital baiana envolvidos na ação revolucionária e no governo independente que vigorou na cidade da Bahia durante aqueles quatro conturbados meses. Na documentação observa-se que os revolucionários, de fato, procuraram evitar uma identificação com os setores mais pobres da cidade. O professor João da Veiga Murici, um dos principais intelectuais do movimento, sugeriu que sob o governo independente a chamada “canalha” – denominação típica do período para caracterizar a população mais pobre – encontrava-se sob controle, e que só mesmo por parte dos adversários da revolução havia interesse em torná-la ameaçadora:

*Se [os aristocratas] não se animavam a promover a revolução, era por temerem a oposição da tropa, ou a licença da gente, que eles apelidavam – canalha. Ora, essa apelidada canalha acha-se na cidade, mas o que ela tem feito contra a ordem mantida pelas tropas e mais povo? [...] Pois essa canalha é menos soberba do que seus nobres sedutores. (PAEBA, vol.1)*

Havia, portanto, uma alteridade possível dentro da própria área de atuação rebelde: uma parte da população da cidade era identificada ao binômio “tropas e mais povo” – aliados mantenedores da ordem – e a outra parte era a chamada “canalha”, parte da população não confiável e que, portanto, não deveria ser e não era mobilizada. A esta parte da população os sabinos não se reportavam. Assim, na perspectiva rebelde a população cindia-se em dois grupos: o povo e a canalha, sendo que a revolução estaria identificada ao primeiro desses grupos.

O depoimento dado pelo bacharel João Carneiro da Silva Rego Filho após o término da Sabinada pretende fazer crer que homens de elevada condição social estiveram presentes no dia da tomada do poder pelos rebeldes. Para justificar ao júri sua assinatura na ata fundadora da revolução, Rego Filho afirmou que “subira até os passos da Câmara por achar-se ali reunido grande número de pessoas de beca, e que nessa ocasião assinara a ata que se lavrou, sem que a tivesse lido” (PAEBA, vol.3). Ainda que a inocência alegada pelo bacharel seja pouco provável, chama a atenção nesta fala a presença de outras “pessoas de beca” no ato que fundou o Estado Independente. Gente da categoria de Carneiro Filho – branco, graduado, filho de um proprietário de terras eleito para

a Assembléia Provincial – não se envolveria em agitações da população livre pobre nem tampouco de escravos. Tratava-se, portanto, de um movimento de contestação política capitaneado por pessoas de letras e luzes, e até de algum cabedal, como o pai deste bacharel – que seria aclamado naquele mesmo dia para ocupar o posto de vice-presidente do Estado livre e independente da Bahia.

despeito da cuidadosa distância mantida pelas lideranças rebeldes dos grupos sociais mais pobres, havia a composição de um discurso para garantir sua adesão ao movimento. O comandante das tropas rebeldes Sérgio José Velloso afirmou, em proclamação dirigida à cidade, que “nossa revolução quer que as leis sejam justas e úteis e igualmente para com o pobre, o pequeno e o desvalido, como podem ser para com os ricos, grandes e poderosos” (PAEBA, vol.1).

Observa-se no discurso de Velloso que o contorno da alteridade se faz sob uma base de classe, opondo pobres e ricos. Se as leis revolucionárias se oferecem aos pobres, há uma acusação velada de que as leis imperiais não o faziam, servindo apenas aos ricos e poderosos. Mas isso não é razão para que se identifique os sabinos predominantemente aos setores populares. O próprio Velloso descendia de uma família tradicional de oficiais do meio militar baiano, portanto estava longe de ser um “pobre, pequeno ou desvalido”. Sugere-se, inclusive, que a adesão de Velloso à revolução se deveu não exatamente a um compromisso ideológico, mas sim por ressentimento, por lhe ter sido negada uma promoção ao posto de Major do Corpo de Artilharia (MORTON, 1974).

Nos autos dos processos movidos após a Sabinada é possível verificar a ocupação de alguns dos acusados de coadjuvar o movimento (PAEBA, vol.3). Estão ali, por exemplo, professores de primeiras letras e de latim, bacharéis, negociantes, funcionários públicos de médio escalão; a maioria dos acusados afirmou viver “de suas agências” ou “de negócios”. Estes dados fazem supor que os rebeldes não eram pessoas desclassificadas socialmente, tinham ocupações tidas como “honrosas”, não pertenciam ao chamado “povo mecânico”. A documentação analisada leva a crer, portanto, que a Sabinada não foi um confronto entre elites, nem tampouco a linha de frente da revolução era composta exatamente por aquilo que se possa chamar “pessoas do povo”. Entretanto, é importante assinalar que parte significativa da população pobre da cidade deu suporte aos rebeldes nos campos de luta, como se depreende dos documentos das prisões efetivadas após a restauração da cidade. É válido, assim, inferir que neste episódio ganha relevo a radicalidade política de uma camada urbana, socialmente intermediária, que se, por um lado, não era parte do “povo mecâni-

co”, por outro lado estava distante social e economicamente dos grandesproprietários que dominavam a cena política e administrativa da província.

### **As cores da revolução**

A revolução de 1837 dá margem a diferentes abordagens da questão racial, uma vez que a sociedade baiana oitocentista tinha, entre suas principais características, uma profunda diversidade. Não conviviam ali apenas os extremos *senhor e escravo*, assim como não se lhes correspondiam automaticamente as categorias branco e preto. No universo da cidade de Salvador, grupos miscigenados desempenhavam papéis sociais de toda ordem. Conflitos entre eles eram parte do cenário urbano desde o período colonial e ainda mais após a Independência (REIS, 2003). A partir disso, como já apontou a historiografia, adquire centralidade na Sabinada a parcela negra, majoritária na população, bem como a importância de uma investigação sobre o lugar social e simbólico ocupado por estes setores sociais entre rebeldes e legalistas. Vale lembrar que o líder Francisco Sabino era mulato, conforme descrição dos processos-crime movidos contra ele. Além disso, outros representantes importantes da revolta, como o major Santa Eufrásia, eram negros.

Há indícios de que a cor da pele tenha influenciado na composição das alianças políticas ao longo do período de governo revolucionário. Tendo construído sua trajetória junto às milícias negras da Bahia, o major Santa Eufrásia foi um dos mais importantes comandantes de armas da revolução de 1837. Santa Eufrásia foi, nas palavras do historiador Braz do Amaral, um “crioulo de muito valor”. O major também foi citado por Manoel Querino, em 1923, em célebre artigo no qual foram nomeados os “homens de cor preta na História” (AMARAL, 1909. QUERINO, 1923).

Para se ter uma ideia do mito construído em torno de Eufrásia, vale citar que a própria historiografia apresenta diferentes versões sobre sua morte. Alguns afirmam que o major teria se suicidado antes de ser preso, outros afirmam que o suicídio aconteceu depois de sua prisão, outros afirmam ainda que ele foi morto pelas forças legalistas. Dilton Araújo demonstra como a imprensa conservadora procurou, após a restauração da cidade, fixar no imaginário baiano uma imagem de selvageria para Santa Eufrásia, afirmando que ele teria cometido barbaridades, como impedir a fuga de uma comitiva de freiras da cidade durante a revolução (AMARAL, 1909. SOUZA, 2009. ARAÚJO, 2009. VIANNA FILHO, 2008).

A imagem de que Santa Eufrásia foi o promotor de uma solidariedade negra entre os sabinos deve, contudo, ser construída com cautela, pois existem evidências documentais que levam à construção de um quadro mais complexo. Em uma memória de autor desconhecido, encontra-se que:

*A conspiração era demitir João Carneiro da Silva Rego, para ser substituído por Sabino. Sendo consultado o major Santa Eufrásia (preto crioulo) sobre a pretendida conspiração disse ele para um oficial superior que não anuída e que com ele conferenciava que estava acostumado dizer que tinha uso de razão a ser governado por brancos e que a não serem estes deveriam ser os negros que governasse [sic] a República (PAEBA, vol.1, p. 341).*

A pretensão de ascensão política do mulato Sabino, que incluiria um golpe no vice-presidente aclamado no dia 7 de novembro – golpe este jamais concretizado – não obteve apoio do major negro Santa Eufrásia. Neste caso é possível supor que a cor da pele desempenhou papel central na constituição de alianças entre as lideranças da revolução; ainda que entre eles houvesse representantes brancos, negros e mulatos em cargos de comando, isso não significa que havia convergência plena de projetos políticos entre eles. O fato de Eufrásia e Sabino não serem brancos está longe de representar uma unidade *natural* de projeto político ou mesmo uma tendência de conagraçamento entre eles. Ainda que os dois estivessem sob a bandeira da mesma revolução, é válido destacar senão a rivalidade, ao menos a não-parceria entre um negro e um mulato que ocupavam posições de destaque no movimento. O excerto citado evidencia que entre o major crioulo e o mulato Sabino não havia espaço para uma suposta *solidariedade racial*, ainda que ambos fossem livres e sobre eles incidisse a marca da cor. Em outras palavras, o mesmo Eufrásia que aceitava a participação de africanos em seus batalhões, recusava-se a promover a ascensão de um líder político mulato. Talvez esse seja um exemplo daquilo que os naturalistas Spix e Martius identificaram como “preconceito contra a procedência mestiça”, quando de sua viagem à Bahia no início do século XIX (MARTIUS & SPIX, 1938).

A Sabinada apresenta ainda outros episódios de tensões de tipo racial, sobretudo quando se leva em consideração as diferenças entre homens livres e escravos – perceptíveis, ordinariamente, a partir de marcadores como a cor da pele. A necessidade do movimento rebelde de armar cativos para lutar contra as forças legalistas levou ao encontro, nas mesmas fileiras, de pessoas tradicionalmente separadas.

O governo revolucionário acenara com a possibilidade de libertação para os escravos engajados em decreto de janeiro de 1838. Entretanto, muitos soldados já assentados recusaram-se a servir ao lado dos egressos do cativo, provocando uma desorganização das forças revolucionárias. Vale ressaltar que os escravos assentados nas tropas rebeldes deixavam, pela lei, de serem escravos. Este argumento foi utilizado, inclusive, na defesa feita pelo advogado de Sabino quanto à acusação de ter incentivado a insurreição de escravos:

*É evidente que o Código exige vinte, ou mais indivíduos que se considerem cativos, e que querem isentar-se deste jugo à força d'armas; mas neste caso não estavam os escravos, que se armaram em o tempo da revolução, eles se consideravam já libertos antes de assentarem praça (...); formavam um batalhão de libertos e não uma horda de escravos que combatiam pela sua liberdade. (PAEBA, vol. 3, p. 208)*

Em que estaria baseada a discriminação dos soldados livres aos egressos do cativo? Aqui é possível levantar a hipótese de que sob as tensões entre homens livres e libertos nas fileiras rebeldes ocultavam-se elementos daquilo que se optou neste trabalho chamar racismo *pré-científico*, uma vez que a condição negra e a condição escrava estavam imbricadas na lógica social do período. As fronteiras entre livres/libertos poderiam ser reconhecidas através de diferentes marcadores, sendo o mais evidente deles a aparência física. Homens brancos (ou tidos como tal), cuja cidadania não era motivo de questionamento ou debate, foram postos em combate ao lado daqueles cuja aparência evocava a experiência do cativo. Desta forma, é lícito afirmar que as tensões entre homens livres e libertos nas tropas da Sabinada não expressaram apenas conflitos típicos da lógica social escravista, mas podem também evidenciar tensões de cunho racial, à medida em que a diferença entre uns e outros era reconhecida sobretudo na constituição física. O limite da incorporação dos libertos às forças rebeldes seria, portanto, a evidência de sua relação com o cativo exposta na aparência e na cor da pele. Era impossível aos libertos misturar-se aos demais sem que sua condição estivesse estampada no rosto.

É possível afirmar que a questão do escravismo foi tratada pelos rebeldes de forma muito semelhante a seus adversários, mantendo-se na esfera da propriedade. Ao governo rebelde interessava a absorção de parte da população escrava em suas fileiras, aumentando-lhe o número e a força para oferecer combate tanto ao adversário externo, os legalistas do Recôncavo, quanto ao

adversário interno, os escravos africanos. O critério que delimitou a possibilidade de libertação para os escravos durante a revolução foi o nascimento em território brasileiro, de modo a reiterar as clivagens entre crioulos e africanos, já correntes na Bahia e no Império.

## **Identities raciais na Sabinada**

Parte significativa da historiografia reconheceu na Sabinada uma radicalização da identidade negra, bem como a formulação de projetos políticos voltados para esta parcela da população. Desde 1923, em artigo de Manoel Querino, passando por Norman Holub em 1969, chegando até os recentes trabalhos de Hendrik Kraay, que encontrou no movimento uma “ideologia racial clara e inequívoca”, muitos autores chamaram a atenção para a racialização do projeto político dos rebeldes baianos (QUERINO, 1923. HOLUB, 1969. KRAAY, 2011).

Alguns dos autores que reconheceram na Sabinada uma politização da identidade negra recorreram à mesma citação do Novo Diário da Bahia para exemplificar esta questão:

*Mas enfim eles nos estão fazendo a guerra, porque são brancos, e na Bahia não deve existir negros, e mulatos, principalmente para subirem a postos, salvo quem for muito rico, e mudar as opiniões liberais, defendendo títulos, honorarias, morgados, e todos os princípios de fidalguia; quem não for mulato rico como Rebouças, e como ele enfatuado peru, tendo sido dos trancafios, não pode ser coisa alguma. (NDB, 26/12/1837)*

O jornal editado por Sabino descreve a disputa entre rebeldes e legalistas em termos raciais: tratar-se-ia de uma luta empreendida por brancos para evitar a subida de negros e mulatos aos cargos de poder. É importante, contudo, problematizar esta fala. *O Novo Diário da Bahia* pode ser compreendido como veículo de articulação política e de difusão das ideias de Francisco Sabino, e não como um retrato fiel e desinteressado da revolução liderada por ele. É lícito pensar que o autor, neste editorial, quis promover e mobilizar entre os leitores do *Novo Diário* uma identidade negra/mulata, e não que estivesse descrevendo uma realidade objetiva. Esta evidencia que, cerca de mais de um mês após a tomada da capital pelos rebeldes não havia registros de qualquer medida no sentido de promover a ascensão política de negros e mulatos. Além disso, vale lembrar que o próprio vice-presidente – principal autoridade do Estado

Independente – era branco, assim como muitos outros homens de destaque no governo revolucionário.

O excerto do *Novo Diário* permite identificar que, entre os contemporâneos da Sabinada, havia consciência de uma discriminação aos homens de cor. Além disso, é lícito apontar que havia, por parte de Sabino, uma intenção de mobilizar essa consciência para a ação política radical. Mas a partir deste trecho não é possível afirmar que esta consciência precedeu a revolução e nem que informou diretamente a ação rebelde. Mais provável é que esta bravata de Sabino tivesse o objetivo de conseguir adesões para a causa revolucionária, já que os rebeldes, acudados nos limites da cidade sitiada, precisavam cada vez mais contar com o apoio da população pobre e de cor que ali permanecera, sem condições de fugir ao confronto. É fundamental, portanto, ir além deste excerto do *Novo Diário* para uma melhor aproximação do que seriam as identidades raciais vivenciadas na Sabinada.

Para conquistar o apoio dos que ficaram na capital, a imprensa revolucionária lançou mão de informações manipuladas ou mesmo inverídicas. No início de dezembro, por exemplo, foi noticiado com grande alegria pelo *Novo Diário* que a Guarda Nacional da Corte teria seguido o exemplo baiano e declarado a independência da província, o que jamais ocorreu (NDB, 06/12/1837). Outro caso desse tipo se observa na divulgação de uma suposta recusa, por parte das tropas pernambucanas, de lutar contra os baianos rebelados – o que não se comprovou na prática, sendo de fundamental importância para o reforço das tropas legalistas a colaboração dos homens enviados de Pernambuco (NDB, 30/12/1837).

Assim, a temática da discriminação contra os negros estava presente entre os contemporâneos da Sabinada, e era um recurso fundamental na construção de identidades e alteridades entre rebeldes e legalistas. A questão que se abre diante dos jornais analisados é que a Sabinada provavelmente não tinha esse caráter de politização negra em suas propostas iniciais – o que faz crer que a mobilização da identidade negra foi um recurso estratégico posteriormente adotado como forma de angariar adesões junto aos habitantes que se mantiveram na cidade. A identidade negra da Sabinada é, portanto, uma construção de parte de suas lideranças com uma finalidade política objetiva; não é algo dado naturalmente e nem previamente pelos revolucionários de primeira hora. Pretende-se, portanto, conferir à questão racial o contorno possível naquele momento: incipiente e pontual, e não amplo e generalizado.

A pesquisa realizada permite afirmar que a cor da pele é um elemento mais eficiente de politização entre os legalistas do que entre os rebeldes. Os setores que combateram a Sabinada elaboraram um discurso segundo o qual a luta contra os revolucionários representava a manutenção de seu espaço privilegiado na sociedade, preservando-o da ameaça de negros e mulatos. Estes, como discutido anteriormente, eram frequentemente associados ao estigma da escravidão e da rebeldia, e designados com termos pejorativos. Quando os legalistas retomaram o poder da capital, a associação direta entre a cor da pele e a rebeldia foi exemplarmente realizada nas ruas da cidade

A repressão promovida pelas forças imperiais após a Sabinada pode ser compreendida como expressão de uma violência racialmente dirigida aos habitantes negros e mestiços de Salvador, tidos prioritariamente como suspeitos, e presos mesmo sem nenhuma prova objetiva de participação na revolta. Desta forma, a elevada proporção de homens de cor entre os rebeldes presos pode expressar não apenas uma grande adesão negra à causa revolucionária como também, e talvez sobretudo, a preferência dada pelo governo restaurador à prisão e condenação de suspeitos negros em relação aos brancos; esta medida seria exemplar no sentido de afastar da cidade o espectro de uma mobilização negra antiescravista, e coerente com a imagem negra e antiescravista feita dos rebeldes pelos legalistas ao longo dos quatro meses de guerra. Longe de ser uma guerra objetivamente levada a cabo por pretos contra brancos, ou vice versa, a Sabinada apresenta-se como episódio muito rico para a investigação da construção de um ideário racial na Bahia oitocentista.

## **Considerações finais**

A análise da documentação da Sabinada evidencia que os setores médios e letrados da capital baiana, possuidores de pequenos negócios ou profissionais liberais, sentiam-se alijados do acesso institucional ao poder, o que justificaria, aos olhos dos que se envolveram na revolução, a necessidade de uma ruptura com o poder emanado da Corte do Rio de Janeiro. Ao longo dos quatro meses em que a separação vigorou, é possível verificar um cenário rico em conflitos de tipo racial envolvendo homens e mulheres de diferentes condições sociais na cidade de Salvador.

O episódio da Sabinada oferece um vislumbre do horizonte social no qual seria consolidado o ideário racialista da segunda metade do XIX. O vocabulário do período, compreendido aqui como exemplo de um *racismo pré-científico*, já

tem características típicas do racismo científico – o que inclui a adjetivação sempre negativa e a desumanização frequente dos homens de cor. Notou-se, portanto, a existência de uma sociedade racialmente dividida antes mesmo que o conceito de raça adquirisse sua significação moderna. Através do estudo da Sabinada é possível compreender, portanto, as identidades de rebeldes e legalistas como parte de um processo de construção de discursos sobre si mesmos e sobre o outro, pautado pelos elementos da luta política pertinente a diferentes setores da sociedade baiana da década de 1830.

### Fontes Documentais

- *Novo Diário da Bahia* (NDB). Edições de 30/12/1837, 06/12/1837 e 26/12/1837. Disponíveis em edições digitadas pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB)
- *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia: A revolução de 7 de novembro de 1837*. Salvador: Bahia, Cia. Editora e Gráfica, 1937-1948. Cinco volumes.

### Referências Bibliográficas

AMARAL, BRAZ DO. “A SABINADA”. IN: *PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, VOL. 2*. TEXTO ORIGINALMENTE PUBLICADO EM 1909.

ARAÚJO, DILTON OLIVEIRA DE. *O TUTU DA BAHIA (BAHIA: TRANSIÇÃO CONSERVADORA E FORMAÇÃO DA NAÇÃO, 1838-1850)*. SALVADOR: EDUFBA, 2009.

HOLUB, NORMAN. “THE BRAZILIAN SABINADA (1837-38): REVOLT OF THE NEGRO MASSES”. IN: *THE JOURNAL OF NEGRO HISTORY*. VOL. 54, NO. 3 (JUL., 1969), PP. 275-283.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2011.

MARTIUS, CARL F. P. VON & SPIX, J. B. VON. *ATRAVÉS DA BAHIA. EXCERTOS DA OBRA REISE IN BRASILIEN*. SÃO PAULO: CIA. EDITORA NACIONAL, 1938.

MORTON, F. W. O.. *THE CONSERVATIVE REVOLUTION OF INDEPENDENCE: ECONOMY, SOCIETY AND POLITICS IN BAHIA, 1790-1840*. OXFORD: 1974, TESE DE DOUTORADO.

QUERINO, MANOEL. “OS HOMENS DE COR PRETA NA HISTÓRIA”. IN: *REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA*. 1923, NO. 48, PP. 353-363.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SOUZA, PAULO CESAR. *A SABINADA – A REVOLTA SEPARATISTA DA BAHIA 1837*. SÃO PAULO: CIA. DAS LETRAS, 2009.

VIANNA FILHO, LUIZ. *A SABINADA (A REPÚBLICA BAIANA DE 1837)*. SALVADOR: EDUFBA, 2008.